

RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.691 - SP (2019/0160253-8)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **J E S DOS S**
RECORRENTE : **R E S DOS S**
ADVOGADOS : **RAFAEL CINOTI - MS014481**
 MARIA EDUARDA GOTTARDI BARBOSA MAIA DOS SANTOS -
 SP374170
RECORRIDO : **P F DE F**
ADVOGADO : **ODAIR BERNARDI - SP064240**
INTERES. : **T M S DOS S**
INTERES. : **L F S DOS S - ESPÓLIO**
REPR. POR : **J E S DOS S - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES - SP098709**
 MARIANA REGINA GARCIA SUNDFELD SILVA E OUTRO(S) -
 SP244071

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO VERIFICADO.

1. O dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes regimentais, o que impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.
2. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por JESdosS, com fundamento no art. 105, III, c, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

AÇÃO RESCISÓRIA - Violação literal de diversos preceitos legais e constitucionais - Inocorrência: a) do art.131 do CPC, porque o juiz decidiu, fundamentadamente, com suporte nos elementos constantes dos autos; b) do art. 264, § único, do CPC, porque inalterada a causa de pedir pelo autor, nem tendo o juiz decidido a causa com apoio em causa acrescida indevidamente; c) dos arts. 334, IV, e 364 do CPC, 1.597, I (anterior art. 338, I, CC/1916), 1.603 e 1.604 do CC/2002 e 1º, 2º e 113 da Lei 6.015/73), porque não decidida a causa com afronta a presunção legal emanada de registro de nascimento do investigado, demonstrativa de não filho adotivo, mas natural; d) do art. 436 do CPC, porque ao juiz é dado não apoiar a decisão no laudo pericial (negativo de paternidade pesquisada com tios do investigado), mas fundamentá-la noutros

elementos de prova presentes nos autos especialmente a testemunhal, demonstrativa do relacionamento havido entre o investigado e a mãe do investigante, relacionamento esse não contestado pelos então réus, agora autores; e) do art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, porque os autores da rescisória, que agora alegam cerceamento de defesa, desobediência ao contraditório e ao devido processo legal, poderiam ter requerido a realização da prova pericial de DNA, com exumação de cadáver (que o autor da investigatória não pode realizar por insuficiência de recursos), poderiam ter requerido e procedido com recursos seus, mas se quedaram inertes - Alegações improcedentes.

AÇÃO RESCISÓRIA - Alegação de haver documento novo (inciso VII do art. 485 do CPC) - Documento anterior à propositura da ação principal e à sentença nela proferida - Documento, ademais, consistente na certidão de nascimento de inteiro teor do investigado, e de fichas de internação e alta da mãe do investigado (acompanhada de declaração da Santa Casa, delas confirmatórias), existentes ao tempo do feito principal, mas cuja obtenção do cartório e da entidade não foi providenciada - Documentos, de qualquer sorte, irrelevantes para o deslinde da causa, porque não levada em conta pelo Juízo, na sentença, a notícia de que o investigado fosse filho adotivo - Falta, por fim, de afirmação de motivo para não apresentação anterior - Não é documento novo aquele que deixou de ser produzido na ação principal por desídia ou desinteresse da parte em obtê-lo e apresentá-lo no curso do feito original - Alegação improcedente.

AÇÃO RESCISÓRIA - Afirmação de erro de fato (art. 485, IX, do CPC) - Inocorrência - Alegação fundada em que teria o Juízo acolhido a investigatória por ser o investigado filho adotivo - Sentença que, como dito, não se apoiou na notícia dessa filiação adotiva (que o autor dava por rumores), mas noutros elementos de prova presentes nos autos, e não afirmou existente fato inexistente, limitando-se a referir a sobrevinda da "notícia" desse fato, sem afirmá-lo comprovado - Alegação improcedente.

AÇÃO RESCISÓRIA - Pedido dos autores de suspensão do julgamento e do processo, porque por eles ajuizada medida de antecipação de provas perante o Juízo da Terceira Vara Cível da Comarca de Birigui - Descabimento - Medida cautelar que, se cabível, deveria ser ajuizada perante esta Corte (art. 800 e parágrafo único, do CPC), tanto mais quando objetivada na rescisória o desfazimento da sentença também para ser realizado o exame de DNA buscado na dita ação cautelar - Indeferimento, com determinação.

Ação rescisória julgada improcedente, com determinação (fls. 1.749-1.750).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente dissídio jurisprudencial. Requer seja acolhida "a tese da flexibilização da coisa julgada em ação de investigação de paternidade", para "julgar improcedente a ação investigatória de paternidade" ou ao menos concedido "o direito à reabertura da produção de provas para realização de exame de DNA direto" (fl. 1.914).

Superior Tribunal de Justiça

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 2.409.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 2.411-2.412).

É o relatório. Decido.

2. A irresignação não prospera.

O dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes legais e regimentais, uma vez que a parte não procedeu ao indispensável cotejo analítico.

Ademais, inexistente sequer similitude fática entre os acórdãos confrontados. O acórdão recorrido, proferido em ação rescisória, preconizou que a sentença baseou-se em "prova robusta, de natureza testemunhal" (fl. 1762) em caso no qual a exumação do cadáver "acabou por não se realizar porque, sendo o então autor beneficiário da justiça gratuita, não logrou concretizá-la" (fl. 1.767), ficando os réus "inertes nos autos originais por muitos anos, inclusive após o trânsito em julgado de sentença desfavorável", vindo somente agora a "pleitear a realização de exame que lhes era facultado requerer naquele feito, mas não o fizeram" (fl. 1.768), além do que sobreveio informação do Instituto de Perícias Científicas do Estado de Mato Grosso do Sul de ser "significativamente grande a possibilidade de não obtenção de DNA íntegro", pois o falecimento ocorreu há muitos anos, em 10 de julho de 1993. Tais circunstâncias não se verificam no acórdão tido como paradigma, o que impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.

3. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator